

• Constituinte

DISPOSICÕES TRANSITÓRIAS

Febraban defende uma avaliação específica para cada empréstimo

por José Mauro Arbex
de São Paulo

Se a Constituinte aprovar a anistia das dívidas dos produtores rurais, acabará beneficiando também os agricultores que se endividaram após o Plano Cruzado e não necessitam desse perdão. A constatação é do diretor de Crédito Rural da Federação Brasileira das Associações dos Bancos (Febraban), Aldous Galletti.

Acontece que a emenda da anistia engloba os empréstimos contraídos nos bancos no ano passado, quando o Cruzado já não existia e os preços dos produtos agrícolas vinham acompanhando a variação da OTN, o que permitiu uma comprovada capitalização dos agricultores.

Esses produtores, diz Galletti, além de estarem capitalizados, estariam quitando seus empréstimos de custeio e investimento dentro dos prazos normais, nos bancos privados. Uma pesquisa da Febraban, do final de maio, mostrou que as instituições particulares tinham aplicado em crédito rural, até aquela data, CZ\$ 400 bilhões e apenas CZ\$ 12

bilhões das dívidas vencidas não haviam sido pagas, ou seja, somente 3% do total. O índice de inadimplência considerado normal pelas instituições é de até 5%. "Há muito tempo a carteira rural não tinha uma liquidez tão boa como agora", afirma Galletti.

Esses dados comprovam, segundo ele, a grande capitalização do setor rural, que pode ser explicada pela acentuada valorização dos produtos agrícolas no último ano. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de abril último mostra que a maioria dos produtos teve uma valorização média, em 14 meses, de 477%, superando a inflação do período.

PLANO CRUZADO

A aprovação da anistia, de acordo com o diretor da Febraban, teria pouco efeito sobre os empréstimos tomados durante o Plano Cruzado. Essas dívidas, informa Aldous, pelo menos nos bancos privados, ou já foram quitadas ou foram refinanciadas pelas instituições. Além disso, argumenta, "desde o fim do Cruzado, já foi concedida uma série de benefícios aos produtores, como a prorrogação dos prazos de pagamento".

Aldous Galletti informa que a possibilidade de aprovação da anistia está levando muitos produtores, principalmente de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, a levantarem nas agências o valor dos débitos para aplicar o correspondente na caderneta de poupança, em vez de pagar os empréstimos. Isso pode ter provocado um aumento da inadimplência nos últimos dois meses.

Mesmo nos bancos oficiais, os problemas de não pagamento são localizados e se concentram entre os cafeicultores do Estado de Minas Gerais, afirma Galletti. Por essa razão, a Febraban defende que os casos sejam analisados isoladamente, com a fiscalização do Banco Central, para se constatar quais produtores que, comprovadamente, não têm condições de pagar seus débitos. "Para esses casos, as dívidas seriam prorrogadas, mas nunca perdoadas", acrescenta.

Lideranças rompem acordo sobre anistia da correção das dívidas

por Ascânio Seleme
de Brasília

A votação da emenda que anistia a correção monetária sobre os empréstimos contraídos por pequenos empresários e agricultores durante o Plano Cruzado foi adiada mais uma vez. Depois de sete horas de negociações entre várias lideranças partidárias, foi redigido um acordo final. No plenário, entretanto, a nova fusão foi rejeitada pelas lideranças do PMDB, PTB, PFL e PCB, com posterior adesão do PC do B e do PT, que conseguiram adiar a votação da matéria por mais um dia.

A decisão pelo adiamento foi do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. "Quando há guilermia, a tradição desta casa manda que se procure o entendimento", ensinou Ulysses da mesa da Constituinte. "Sempre buscamos aqui o entendimento, não para rejeitar matérias, mas para aprová-las bem", argumentou o presidente. Encerrada a sessão, os autores da fusão perceberam que a tradição pregada por Ulysses deixava a emenda sob ameaça de rejeição.

"Não vamos votar amanhã", garantiu o senador Mansueto de Lavor, ainda sob o impacto do adiamento da votação. "Só permitiremos que a emenda entre em processo de votação quando tivermos quorum superior a 430 constituintes", disse o senador. Para os autores da fusão, a matéria só será aprovada com esse quorum. Presença em plenário inferior a esse número, segundo eles, pode inviabilizar a aprovação da emenda.

O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o grande vitorioso com o adiamento da votação, não admite discutir número de votos com os constituintes. Ele esclarece que sua preocupação é garantir um acordo final sobre a questão. Durante a reunião de ontem, Sant'Anna fez apenas uma intervenção, preferindo ouvir os debates. Antes do final da reunião, o líder já havia abandonado o recinto com a tranquilidade de quem estava certo de que a matéria não seria votada.

"Governo pode mudar a votação"

por Rosemeiry Tardivo
de Curitiba

O presidente do Banco Bamerindus do Brasil S.A., José Eduardo de Andrade Vieira, disse em Curitiba, que as declarações do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, podem modificar as decisões dos constituintes com relação à anistia para correção monetária das dívidas contraídas por pequenos empresários e agricultores durante o Plano Cruzado. O ministro, em pronunciamento na TV, alertou sobre a possibilidade de a aprovação desta medida gerar implantação de empréstimos compulsórios, elevação de impostos ou emissão de dinheiro.

"Precisamos parar de imaginar que o governo pode gastar o que quiser às custas da população", disse Vieira, lembrando que o governo terá de indenizar os bancos, caso as dívidas sejam perdoadas. "Não se pode obrigar ninguém a dar seu dinheiro aos outros sem indenização", afirmou. "A população pagará por isso". O presidente do Bamerindus acha que esta matéria não pode ser votada como está sendo proposta e admite preferir o adiamento.

O acordo afinal alcançado não recebeu o aval das lideranças de quatro partidos (PMDB, PFL, PTB, PCB). Lavor não conseguiu entender o que havia saído errado. "Não sei mais com que lideranças negociar. Estavam todos na reunião e os que não foram mandaram seus representantes", assustou-se ele. Na verdade, o texto apresentado ontem ampliava ainda mais a anistia da correção que é contida pelo governo.

O novo texto estendeu a anistia a entidades filantrópicas e cooperativas. Um erro primário de redação ampliou de tal forma o benefício que até mesmo as pessoas físicas dos micro e pequenos empresários foram atingidas. Dessa maneira, os empréstimos que os micro e pequenos empresários tomaram durante o Plano Cruzado para a aquisição da casa própria ou quaisquer outros bens também estariam anistiados da correção monetária.

Em alguns aspectos a nova emenda avançou em direção ao que quer o governo. Primeiro reduziu a abrangência, limitando o benefício aos empréstimos

"Isso não é assunto constitucional. A Constituinte está-se metendo em assuntos que não é dela", afirmou Vieira. No caso específico do Bamerindus, as discussões em torno da anistia já provocaram reflexos. Andrade Vieira lembrou que o banco já tomou iniciativa para um tratamento diferenciado a esses clientes em junho do ano passado, quando propôs redução em 50% da correção monetária para quem liquidasse suas dívidas em 6 meses, e desconto de 25% para quem pudesse pagá-las a vista.

"O resultado foi que dos nossos 37 mil devedores, cerca de 15 mil acertaram suas questões nessa ocasião. Outros 15 mil optaram pela Resolução nº 1.335 do Banco Central, que concedia prazos de pagamento em seis meses, e que considero já ter sido uma anistia", disse Vieira. Destes 15 mil, apenas 3,5 mil ainda não haviam liquidado suas dívidas totalmente. Mas, segundo Vieira, pelo menos 90% vinha mantendo pagamento em dia até que surgiram as discussões na Constituinte. "Neste mês o índice de atraso já cresceu bastante", informou.

tomados até 31 de julho de 1987. Na proposta original a data final era 31 de dezembro de 1987. O documento definiu ainda o tamanho das micro e pequenas empresas, baseando-se na Lei Complementar nº 57 que estabelece como faturamento máximo para essa categoria o teto de 10 mil OTN. A pequena empresa, de acordo com o texto, será a que tiver faturamento anual equivalente a 2,5 vezes o limite da microempresa.

O conceito de míni, pequeno e médio produtor rural ficaria de acordo com o estabelecido pelo Banco Central à época da contratação dos empréstimos originais. Um ponto do novo texto agradou às esquerdas.

O último parágrafo estabelece que os ônus derivados da aplicação da emenda serão exclusivamente das instituições financeiras, abrindo a possibilidade de o governo ressarcir apenas os bancos de desenvolvimento e as cooperativas.

Esses pontos são os que devem ser mantidos se

houver avanço nas negociações nas próximas horas. São elementos novos que ganharam a simpatia de tendências distintas, mas que afinal vão importar na decisão final da questão. O governo combate a limitação do seu poder de ressarcimento, mas pode conceder esse ponto para ganhar outros de seu interesse. Não há nenhuma reunião marcada para hoje, mas, certamente, novos entendimentos vão acontecer.

Os autores admitem voltar à mesa de negociação. Eles não querem, entretanto, um acordo que descaracterize o princípio das emendas originais. "Vamos voltar a negociar, mas se não houver acordo tentaremos aprovar a nossa fusão inicial", ameaçou o deputado Humberto Souto (PFL-MG). Sant'Anna está confiante no entendimento. "Vamos votar um acordo que proteja os micro e pequenos empresários e produtores, mas que não signifique calamidade ao Tesouro Nacional. A proposta de hoje (ontem) dobra o prejuízo", concluiu Sant'Anna.

FGTS